

Itamaraty critica relatório sobre direitos humanos

ONG pede providências para casos ainda em fase administrativa

• BRASÍLIA. O Ministério das Relações Exteriores considerou uma distorção o relatório da organização não-governamental Human Rights Watch/Americas que afirma que policiais do Estado do Rio têm carta branca para matar e torturar presos sem serem punidos. De acordo com a interpretação do Itamaraty, a ONG estaria condenando o Governo brasileiro por processos que ainda estão em tramitação, ou seja, na fase administrativa.

O Itamaraty divulgou ontem nota oficial explicando que as denúncias que hoje pesam contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos — os massacres de Corumbiara e da Favela Nova Brasília, além do desaparecimento de combatentes da Guerrilha do Araguaia (ocorridos na primeira metade da década de 70) — estão na fase inicial de sua tramitação.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo sua assessoria, sequer leu as denúncias da ONG, mas lembrou que seu Governo tem feito esforços para instituir no país uma política de direitos humanos.

— O que nos preocupa é a apresentação distorcida do relatório da Human Rights Watch, como se o Brasil tivesse sido condenado — disse ontem a assessora de imprensa do Itamaraty, Vera Machado.

“O Governo federal dialoga amplamente com todos os órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, no entendimento de que o sistema internacional de proteção a esses direitos é legítimo”, diz a nota do Itamaraty.

O porta-voz Sérgio Amaral fez ontem uma lista das medidas que o Governo federal vem adotando para tentar fazer com que sejam respeitados os direitos humanos, reconhecendo como mortos os desaparecidos políticos no regime militar e tentando acabar com o trabalho escravo onde ele ainda existe no país. Fernando Henrique pediu a Sérgio Amaral que anunciasse também a disposição do Governo de aprovar o projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que transfere para a Justiça comum os crimes praticados por policiais militares.

— O Governo estará empenhado em aprovar esse projeto — garantiu o porta-voz. ■

01 FEV 1996